

XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS

6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE

Grupo de Trabalho: GT20 - Sociedade civil: protestos e movimentos sociais.

Título do Trabalho: Transição política no Brasil e ação coletiva de movimentos de trabalhadores pós-1978.

Nome completo e instituição do(s) autor(es): Marco Antônio Konopacki (Universidade Federal do Paraná)

Transição política no Brasil e ação coletiva de movimentos de trabalhadores pós-1978

Resumo

O objetivo deste artigo, é analisar o ciclo de greves do Brasil periodizado por Eduardo Noronha (2009) em 1) primeiro grande ciclo de greves (1978-1997) e a 2) normalização das greves (1998-2007) e procurar refletir o fenômeno a partir das categorias sociológicas enunciadas por Alberto Melucci em seu livro "A invenção do presente" (2001). Nesta obra o autor concebe um "movimento social como uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere" (p.35). O movimento sindical brasileiro desta época se adequaria a este conceito proposto por Melucci? As discussões sobre o sistema de referência, a que os movimentos de trabalhadores faziam menção, procuram esclarecer como o fenômeno das grandes greves foi possível no cenário de transição política no Brasil pós-1978.

Palavras-chave: ação coletiva, movimento social, ditadura militar, transição política.

Introdução

As análises sobre o processo de democratização no Brasil chamam a atenção pela quantidade e a qualidade das ações coletivas que marcaram este período. Estes fenômenos, ao mesmo tempo que influenciaram a vida política do país, contribuíram para moldar e demandar novas instituições políticas, principalmente as estabelecidas após a promulgação da constituição cidadã de 1988.

O objetivo deste artigo, é analisar o ciclo de greves do Brasil periodizado por Eduardo Noronha (2009) em 1) primeiro grande ciclo de greves (1978-1997) e a 2) normalização das greves (1998-2007) e procurar refletir o fenômeno a partir das categorias sociológicas enunciadas por Alberto Melucci em seu livro “A invenção do presente” (2001). Nesta obra o autor concebe um “movimento social como uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (p.35). O movimento sindical brasileiro desta época se adequaria a este conceito proposto por Melucci?

A discussão fica ainda mais interessante, se a ela somarmos a crítica de Gabriel Vitullo (2006), de que a ciência política brasileira põe uma “ênfase exagerada na dimensão institucional da democracia” e que, dessa forma, esquece o protagonismo dos “movimentos alheios ao âmbito político institucional”. Para Vitullo, haveria a necessidade em se repensar a democracia como “um processo de mudança social” e, nesse sentido, a recorrência da mobilização coletiva para o conflito, seria o exemplo de uma “democracia engajada”. No entanto, será que não poderíamos pensar a dimensão das instituições e da ação coletiva de forma articulada? Qual o limite “sadio” para o conflito? Gabriel Vitullo levanta uma questão não respondida se seria possível perseguir um “índice de participação cívica”. Até que ponto o conflito pode contribuir para o avanço das instituições democráticas e, principalmente, qual seria o método para o cientista político medir tal “nível de conflito”.

Esse artigo também não procura responder todas as questões, mas pretende trazer novos elementos pra este debate de fundamental importância para consolidação das recentes democracias e também para as democracias que estão nascendo a partir da reivindicação popular nas revoluções recentes no Grande Magrebe mais o Egito.

A ação coletiva como sistema de ação multipolar

Por ser um fenômeno bastante complexo e metodologicamente difícil de ser apreendido, as explicações acerca da ação coletiva muitas vezes buscam ou simplificações racionais individuais do comportamento agregado, ou então, explicações estruturais determinísticas. Mesmo que sejam contribuições importantes para entender o fenômeno, elas não conseguem explicar o fenômeno em si e acabam sendo explicações, como Melucci classifica, *ex machina*. Ou seja, são explicações que são atribuídas a fatores externos ao mecanismo da ação coletiva.

Um das explicações que nos leva a situar os movimentos sociais nos indivíduos, por exemplo, é a explicação funcional de Parsons, Turner, Killian e Smelser. Estes autores procuram interpretar a ação coletiva em termos de “desajustamentos” sistêmicos. Neste caso, os movimentos sociais ocorreriam porque há pessoas desajustadas a ordem vigente e seriam característicos de sociedades em processo de mudança, ou seja, desorganizadas (GOHN, 2007, p.41).

Essa explicação poderia ser bastante útil para se entender os fenômenos de ação coletiva em regimes autoritários em transição para a democracia, pois estes teriam as condições estruturais para o aparecimento de ações coletivas: a) bloqueio estrutural (barreiras na estrutura social que impedem as pessoas de eliminar suas fontes de descontentamento); b) contato (interação entre os descontentes); c) eficácia (expectativa de que a ação proposta aliviará o descontentamento); e d) ideologia (massa de crenças que justificam e apoiam a ação proposta) (Ibid, p.42). Numa primeira análise, poderíamos ter a tentação em adequar o movimento sindical do primeiro grande ciclo de greves (1978-1997) ao entendimento funcionalista da ação coletiva, pois este: 1) sofria um bloqueio estrutural do regime; 2) seus membros tinham a interação necessária para se articularem, tanto no chão de fábrica quanto nas reuniões do sindicato; 3) vislumbravam certa eficácia, pois em 1978 o governo Geisel dava sinais de destensionamento com a revogação do AI-5 e a restituição do habeas-corpus; 4) e a ideologia do bem estar dos trabalhadores, apregoada pelos líderes sindicais da época, corroborariam para formação destes movimentos sociais que, a medida em que sua atuação fosse se institucionalizando, tenderiam a diminuir e até acabar.

Mesmo que os movimentos sociais estivessem adequados a estes requisitos estruturais descritos pelo funcionalismo, a explicação ainda não responde porque determinados períodos têm uma tendência maior a mobilização que outros, qual o

peso analítico de cada uma dessas variáveis estruturais? Também é difícil aceitar a explicação funcional de que os movimentos sociais seriam respostas a crises, neste caso, o movimento sindical seria uma resposta a crise econômica em que o país entrou a partir da década de oitenta e, por isso, não é a toa que as mobilizações tiveram seu ápice no final desta década. Mas estão, por que países considerados estáveis, e institucionalmente avançados, não tiveram uma redução das greves tendendo a zero? O quadro 2 do artigo de Noronha (2009, p.143) demonstra justamente a tendência contrária, com a tendência crescente de greves na Noruega até a década de 1990, ou a retomada de crescimento das greves na Finlândia, países escandinavos que possuem os índices de desenvolvimento humano mais altos do planeta e que conseguiram instalar de fato um Estado de bem-estar social.

QUADRO 2

Jornadas não trabalhadas em conflitos trabalhistas de países selecionados
(médias anuais por 1.000 trabalhadores ativos)

Pais	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1986-1990
Alemanha	18,3	6,0	47,7	44,1	43,3	4,1
Áustria	85,4	11,9	14,7	2,1	1,8	1,2
Bélgica	63,0	144,8	195,8	183,2	não disponível	não disponível
Brasil*	não disponível	não disponível	não disponível	204,8	250,9	1750,8
Dinamarca	107,6	42,7	354,5	75,9	262,3	79,6
Espanha	14,1 (d)	37,1	95,6	1089,8	400,9	433,6
Finlândia	143,7	104,8	595,5	520,7	271,2	343,2
França	146,3	134,0(a)	186,7	154,2	65,8	34,6
Grécia	32,1	48,1(b)	não disponível	não disponível	36,0	126,4(c)
Holanda	8,0	14,0	36,1	27,8	18,7	11,2
Irlanda	337,5	625,6	292,7	716,1	360,6	183,7
Itália	648,4	933,6	1063,9	940,0	536,8	218,2
Noruega	104,7	12,4	9,3	36,3	49,7	123,3
Rei.Unido	127,0	222,6	538,6	521,7	387,4	117,5
Suécia	3,8	33,0	65,5	220,3	36,7	121,2
Suíça	2,7	0,2	0,9	2,6	0,4	0,3

(a) 1968 excluído; (b) 1966-1967 somente; (c) 1986-1988 somente; (d) 1963-1965 somente

Fonte: OIT, *Year Book of Labour Statistics*, apud Ferner e Hyman (1992a).

* Os dados do Brasil para o período de 1976 a 1980 são da pesquisa NEPP/Unicamp e não incluem os anos de 1976 e 1977. Para os períodos seguintes, dados do SAG/Dieese.

Quadro 2 (NORONHA, 2009, p.143).

Essa observação é importante para refutar a teoria funcionalista de que a eclosão de movimentos sociais estaria ligada somente a situações de crise, ou seria resultado de um baixo grau de desenvolvimento institucional de um sistema político. O trabalho de Eduardo Noronha, por exemplo, propõem-se a negar qualquer tipo de explicação simplificadora para a eclosão das lutas sindicais. Seu artigo demonstra que, mesmo em períodos de expansão salarial, as mobilizações se acentuavam. “Isto é, as greves são deflagradas quando a liderança e a base sindical acreditam que seja possível obter ganhos salariais, não importando o quanto os salários são percebidos como baixos ou adequados” (NORONHA, 2009, p.148).

Essa explicação nos leva a entender que as ações coletivas estão muito mais relacionadas a percepção de oportunidades pelos agentes, do que uma resposta a uma crise. As Teorias da Mobilização Política e dos Novos Movimentos Sociais incluem essa categoria como um elemento importante para se entender a ação coletiva e Alberto Melucci apresenta uma forma interessante de operacionalizá-la.

Para Melucci, “a ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações” (2001, p.46). Ao contrário da explicação funcionalista que estabelece elementos determinantes, Melucci procura entender a relação entre os atores de forma não linear, definida por meio da interação, da negociação e da oposição de suas orientações para organização deste sistema de ação. As oportunidades estariam limitadas a três elementos de orientação: as relativas aos fins da ação (o sentido da ação para o ator); a relativa aos meios da ação (a possibilidade e os limites da ação); e as relativas ao ambiente (o campo na qual a ação se realiza). Essa explicação nos oferece um arcabouço mais amplo para entender o fenômeno das mobilizações sindicais durante o período de transição, pois não se limita a explicar a ação por si só, se não, integrada a um sistema de relações complexas, da qual Noronha percebe sua importância. Contudo, vale ressaltar, que essas três dimensões se articulam de forma diferente nas duas fases periodizadas por Noronha: a do *primeiro grande ciclo* e a da *normalidade*. Isso pode ser destacado através da diferenciação da natureza das relações institucionais entre os trabalhadores, os empresários e o Estado nos dois períodos.

Quais eram os fins para os trabalhadores?

Determinar quais eram os fins possíveis que os trabalhadores percebiam para construção da luta grevista é bastante difícil de se capturar sem o risco de se ser anacrônico. É por isso que diversos autores preferem ancorar suas análises nas determinantes econômicas, que podem ser mensuradas com certo grau de precisão ou, ao menos, comparáveis com outras situações históricas. Para se pensar a luta sindical neste período e entender o que a justificava, ou seja, o que dava o tom para os fins a serem alcançados pelos trabalhadores, de certa forma é útil dar ênfase a estas determinantes.

O movimento operário praticamente desapareceu nos primeiros anos da ditadura militar e, com ele, o salário dos trabalhadores. “Entre 1964 e 1972, o achatamento do salário real dos trabalhadores foi de 45%” (FERREIRA, 1988, p.49). Durante o ciclo de expansão das greves entre 1978 e 1984 (NORONHA, 2009, p.121), o Brasil viveu o fim do seu milagre econômico para entrar numa das piores crises econômicas da história do país. O crescimento espetacular a taxas superiores de 10% ao ano que “gerava visões de grandeza ao país” (FISHLOW, 1988, p.137) foi substituída pela retração do nível da indústria aliada a erosão inflacionária que corroeu o salários reais (Ibid, p.173) e imputou aos trabalhadores um alto preço pelos ajustes econômicos que tentavam reverter a situação da crise brasileira, e que fez com o que o Brasil entrasse numa das mais graves situações financeiras e econômicas de sua história (MARTINS, 1988, p.132)

No final, o sacrifício imposto aos trabalhadores foi altamente iníquo, em vez de compartilhado e os “retornos dos ativos elevaram-se, enquanto os salários caíram e o desemprego cresceu” (FISHLOW, 1988, p.189). Quando os ajustes exigidos pelo Fundo Monetário Internacional, limitando a indexação dos salários a 80% da variação do novo índice de preços ao consumidor, a renda do trabalhador praticamente se esvaiu em pó. Os salários reais no setor industrial caíram significativamente durante 1983 (Ibid, p.180). “O desemprego e o achatamento salarial alcançaram as classes médias afluentes, ameaçando a ascensão social que haviam conseguido durante os anos do 'milagre'” (MARTINS, 1988, p.134).

Os trabalhadores foram os grandes motores para o desenvolvimento capitalista brasileiro. A economia controlada a “mãos de ferro” no regime ditatorial, fez com que a acumulação capitalista ocorresse livremente sem as pressões por redistribuição (ao menos não deflagradas). Essa pressão contida, aliada a crise

econômica se transformou numa panela de pressão, mas que não tinha vazão por conta da limitação dos meios e do ambiente, que não eram nada favoráveis aos trabalhadores, principalmente na época do “milagre”. A economia em franca expansão legitimava o autoritarismo e qualquer enfrentamento naquela situação poderia ser pago um grande repressão.

Por isso, os trabalhadores tinham um fim bastante forte para lutar que vinha sendo alimentado por anos. Faltavam-lhes os meios e o ambiente favoráveis.

O novo ambiente pós-1974

O governo do general Ernesto Geisel assumiu com a responsabilidade de por em prática uma agenda de transformação política da ditadura. O termo “transição para a democracia” não existia nesse período, mas havia uma clara tendência a guinar o governo para uma liberalização política. Isso não significava a transformação da ditadura numa democracia liberal, mas uma liberalização da ditadura militar, incluindo novos setores nos negócios do Estado de forma a promover uma estratégia de “distensão” política. O modelo de liberalização adotado no Brasil foi assim resumido por Luciano Martins: “1) restauração progressiva dos direitos civis e políticos; 2) restabelecimento de alguns canais de representação de interesses e 3) adoção de formas de validação legal para a escolha de dirigentes e para os atos de governo” (p.129).

Em 1974 ocorreram as eleições diretas para o Senado federal, na qual a oposição consegue uma esmagadora vitória elegendo 16 dos 21 dos novos representantes para a legislatura. Isso é tido como um indício favorável para rearticulação dos movimentos de oposição ao regime, o que, para Maria Nazareth Ferreira (1988), ensina a oposição a “forçar a ditadura através de mecanismos político-partidários, de mecanismos de organização reivindicativa local – comunidades de base, da preparação da luta sindical” (p.50).

A partir desde ano também, surgem e ressurgem diversos grupos políticos de tendências trotskistas e sindicalistas como a Convergência Socialista, a Liberdade e Luta (Libelu), o Partido Operário Revolucionário, a Organização Revolucionária Marxista-Socialista e a Causa Operária (dissidência da Libelu). Em 1980 estas grupos, com a instauração do pluripartidarismo, participariam da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) (FERREIRA, 1988, p.51).

Seguindo a tendência de liberalização, em 1978 são realizadas eleições

diretas para governador, as quais impõem uma amarga derrota a situação e fortalece a oposição política ao regime. Neste mesmo ano, a revogação do AI-5 e a restituição da instituição do *habeas-corpus* sinalizaram importantes distensões no regime autoritário, mesmo que estes ainda não fossem sinais de democratização. A opinião pública dava cada vez mais força e voz aos sublevadores do regime, por esta ser uma oportunidade em pressionar pela democratização do sistema. Fishlow consegue definir bem o que foi essa mudança qualitativa no tratamento do regime e o que ela significou para os diversos setores da sociedade e o ambiente que o Brasil vivia na época:

A voz da sociedade importava muito pouco; inicialmente, não importava nada. Quando começou a ser ouvida, sua força era crítica, em vez de ser construtiva. Os esforços dos empresários se dirigiam contra a expansão do Estado, e não no sentido de uma cooperação efetiva. (...) Os trabalhadores não estavam inclinados a pagar novamente o preço de ajustamento através de reduções dos salários, enquanto permaneciam marginalizados e cerceados em seus direitos (p.188).

Além disso, outros setores da sociedade se aliaram a luta dos trabalhadores, como a igreja. O quadro de oportunidades que incentivou o movimento sindical da época, e que culminou nas grandes mobilizações no ABC paulista, estava quase montado. Se a panela de pressão estava a ponto de explodir e, a partir de uma decisão de governo, passou a ser “distensionada”, este processo não ocorreu sem que ao menos a panela deixasse de ser barulhenta ao mesmo tempo que liberava a pressão contida na sociedade brasileira.

Mesmo tendo fins compartilhados entre a gama de trabalhadores e um ambiente que se mostrava cada vez mais favorável, ainda faltava uma outra dimensão para materializar as oportunidades que levaram os trabalhadores a cruzar os braços e ir as ruas: os *meios* que lhes permitiriam fazer isso.

Meios

Os meios com os quais os trabalhadores contavam para o fortalecimento da sua ação coletiva necessariamente passavam pela grau de organização da classe

para a disputa de suas pautas. O resultado da desarticulação institucional pós-64, através do controle direto das forças de governo sobre os sindicatos, levou a um enfraquecimento da classe trabalhadora neste período. “É a partir de 1974 que se inicia o processo de reorganização dos trabalhadores, tendo como base a mudança na orientação e enfrentamento à ditadura. (...) O movimento operário organiza-se, procurando se fortalecer organicamente, e estreitando sua unidade para reformular suas reivindicações” (FERREIRA, 1988, p.50).

A renovação no movimento sindical também perpassa pela transformação de suas lideranças, que logo após o golpe de 1964, foi ocupada por “interventores pelegos e dirigentes despolitizados; os sindicatos transformaram-se em instrumentos passivos, desmobilizados e assistencialistas” (Ibid, p.49). “A classe trabalhadora achava-se desarticulada e desorganizada por falta de suas lideranças e liberdade para se organizar” (Ibidem). A partir da década de 1970 começa a surgir um novo proletariado brasileiro e “as greves desencadeadas em 1978, 79 e 80 demonstraram a vitalidade da nova geração da classe trabalhadora e o aparecimento de uma nova liderança sindical” (Ibid, p.52).

Os instrumentos para galgar um alto nível de organização passavam não só pela capacidade das lideranças, mas também das possibilidades que estas tinham em se comunicar com a massa de trabalhadores. Por isso, é importante ressaltar o papel fundamental que a imprensa sindical desempenhou neste momento crucial para a reorganização da luta dos trabalhadores. A história dos jornais ligados a luta dos trabalhadores não é só dessa época, porém, em outras situações ela sempre foi vinculada a luta partidária, por isso, não era puramente sindical. “A imprensa sindical, que nasce e se fortalece no meio operário brasileiro, é relativamente recente; ela nasce a partir de meados da década de 70, quando se inicia o processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais, fortalecendo-se nos primeiros anos da década de 80” (FERREIRA, 1988, p.54).

Os meios de comunicação criados pelos trabalhadores irão primar pelo fator econômico sobre o político, voltados principalmente às campanhas salariais (Ibid,p.59). Não é a toa que eles casem com os fins discutidos anteriormente aqui. Com relação ao conteúdo, outras duas mudanças são bastante interessantes: “uma delas é a elaboração de editoriais, de responsabilidade da diretoria, que pode nem sempre refletir a posição das bases do sindicato” (Ibidem), mas que demonstram um fortalecimento do papel das lideranças sindicais no papel de condução e

transformação do processo político em curso. Outra mudança interessante é “a gradual substituição do termo *operário* por *trabalhador*. Isso talvez seja decorrente da necessidade de agrupar *todos* os assalariados” (Ibidem).

Dentre os principais veículos de comunicação sindical desta época, destacam-se a *Folha Bancária*, de abrangência nacional, e o *Tribuna Metalúrgica*, do ABC paulista (FERREIRA, 1988, p.57).

A evolução dos fins, meios e o ambiente

Estabelecido o quadro inicial em como os fins, os meios e o ambiente se articulam para construção de uma situação oportuna para a ampliação da ação coletiva, a análise acerca da evolução destas categorias podem trazer elementos interessantes para entender o fenômeno.

Durante todo o primeiro grande ciclo de greves, os conflitos redistributivos foram a principal pauta do movimento grevista.

De 1978 a 1992, o conflito distributivo foi acirrado pelas constantes perdas salariais e pela contínua aceleração inflacionária. As políticas salariais contencionistas dos governos militares não foram revertidas nos governos Sarney e Collor, e no primeiro governo FHC, salvo em curtos períodos (NORONHA, 2009, p.147).

Da mesma forma, os meios dispostos aos trabalhadores evoluíram num sentido de serem aprofundados e aprimorados, não sendo transformados qualitativamente. A organização sindical se espalhou pelo tecido social brasileiro.

Em 1985, mais do que em qualquer outro ano, inúmeros segmentos realizaram sua primeira greve, inaugurando o que chamamos aqui de “auge do ciclo”. Acelerou-se o processo de incorporação e diversificação das categorias envolvidas no movimento, tanto no setor privado como público (Ibid, p.133).

Ao mesmo tempo, do período entre o auge do ciclo, ao governo Collor e o *impeachment* (1985-1992) registra-se uma média anual de 1100 greves, cinco vezes mais que na abertura do ciclo, que era de 214 greves por ano (Quadro 1,

NORONHA, 2009, p.126). Se os fins buscados pelos trabalhadores estão atrelados a luta salarial e os meios para se buscar isso continuam os mesmos, o que explicaria esta ampliação meteórica? A disseminação da organização sindical entre diversos setores da economia poderia explicar o fenômeno, mas ela por si só não justificaria um aumento tão grande, pois a variável *organização* só poderia interferir numa evolução linear do movimento grevista. Ou seja, a medida que outros setores aprimoram suas formas de organização da massa de trabalhadores, o número de greves cresce em níveis proporcionais. Neste caso, o aumento em cinco vezes, não pode ser explicado por um aprofundamento nos níveis de organização do movimento sindical.

Quadro 1*
Média anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos

PERÍODOS	MÉDIA ANUAL
Industrialização e desenvolvimentismo: greves raras	
1888-1900 Abolição – fim do século (a)	2
1901-1914 Pré-guerra (a)	9
1915-1929 Da guerra à crise de 1929 (a)	8
1930-1936 Vargas – Primeira fase (a)	12
1937-1944 Estado Novo (a)	1
1945-1964 Democracia (populismo) (b)	43
1965-1968 Militares (Castello – Costa e Silva) (b)	13
1969-1977 Militares ("duros") (c)	–
O primeiro grande ciclo de greves no Brasil: transições	
1978-1984 Militares: abertura e o início do 1º grande ciclo de greves (d)	214
1985-1989 Governo Sarney: o auge do ciclo na transição política sob inflação (e)	1.102
1990-1992 De Collor ao <i>impeachment</i> : greves na democracia incerta	1.126
1993-1994 O interregno de Itamar: expectativas e incertezas até o Plano Real	842
1995-1998 FHC: resistência e mudança sindical no final do 1º grande ciclo	865
A normalidade: greves na jovem democracia brasileira	
1999-2002 FHC: consolidação da economia liberal e <i>normalidade</i> das greves	440
2003-2007 Lula: das greves à presidência – da elite operária ao Bolsa Família.	322

Fontes:

(a) (Simão, 1981) *Sindicato e Estado*. Dados referem-se apenas ao *Estado de S. Paulo*;
 (b) (Sandoval, 1993) *Social change and labour unrest in Brazil since 1945*; (c) Não há informações coletadas para esse período, mas sabe-se que foram em número muito reduzido; (d) NEPP/Unicamp. Pesquisa: Acompanhamento de Greves no Brasil; (e) SAG/Dicese. Sistema de Acompanhamento de Greves.

* Este Quadro atualiza e corrige dados apresentados em Noronha (1994).

Quadro 1 (NORONHA, 2009, p.126)

Dessa forma, só a mudança no ambiente é que pode justificar este salto no número de greves. Não que a mudança no ambiente seja determinante pra isso. A defesa vai justamente que essa mudança também influencia os meios e os fins dialeticamente. Mas, neste caso, o ambiente tem um peso analítico bastante grande nesta passagem.

É importante destacar que em uma transição, no sentido de O'Donnell, em que este consiste no intervalo entre um regime político e outro, é característico o fato de que durante um tempo do seu transcurso as regras do jogo político não se verem definidas (O'DONNELL *et al*, 1988, p.22). Este “vácuo” de regras, criaria o ambiente de oportunidades por parte dos movimentos sociais que pela primeira vez em muitos anos, teriam a chance de interferir na possibilidade em construir o futuro do país.

No Brasil da transição, o que se percebia era um movimento em direção a uma liberalização política, ou seja, um processo em tornar efetivos determinados direitos que protegiam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por uma terceira parte (O'DONNELL *et al*, 1988, p.23). Por outro lado, o curso determinado pelo governo Geisel não foi orientado a uma democracia, mas sim uma transição para um regime um pouco mais distensionado e com algumas condições impostas, como a de que “as forças oposicionistas não poderem aspirar a governar antes de o 'trabalho da revolução de 1964' ter sido consolidado” (MARTINS, 1988, p.129).

Ou seja, a liberalização pode existir sem a democratização, mas como observou O'Donnell *et al*: “uma vez garantidos alguns direitos individuais e coletivos, torna-se cada vez mais difícil justificar a retenção de outros”. Ainda:

conforme avança, a liberalização, avança também a força das reivindicações de democratização. Uma das principais incertezas da transição é determinar se essas pressões serão fortes para provocar uma mudança nesse sentido, mas não fortes ou prematuras demais (em termos do campo de força existente em qualquer momento da transição) para provocar uma regressão autoritária (O'DONNELL et al, 1988, p.28).

Qualquer ação que buscasse uma ruptura total ao sistema de referências compartilhado entre os militares no poder, e a sociedade civil que reivindicava mais

e mais direitos rumo a democratização, causaria uma regressão autoritária. Emprestando o entendimento de Melucci acerca de “conflito antagonista”, este tem relação ao controle de um recurso valorizado por ambos os atores (p.51). Para ele, a sociedade de classes possui um antagonismo estrutural que produz riscos de desintegração só “resolvidos” ou “atenuados” pelo equilíbrio integrativo entre as forças que compõe este sistema.

O potencial do conflito deve, portanto, ser controlado e os processos integrativos de um sistema têm essa função. Eles não são, porém, só a expressão dos interesses dominantes, mas desempenham uma tarefa sistêmica de contenção de uma ameaça estrutural (MELUCCI, p.53).

O processo de “descompressão” também foi utilizado como elemento integrador, incluindo novos atores na participação dos negócios do Estado e atenuando o risco de ruptura do sistema. Mas os processos de redefinição do arranjo institucional e a disputa pelo conceito de como seria este novo regime, ainda sob a expectativa transitória de como este seria, foi feito a partir da construção de pactos e orientados a um mesmo sistema de referência e, por isso, não revolucionário (e fortemente atrelado as elites políticas, diga-se de passagem, mas esse assunto mereceria um artigo só para este tema específico).

O conflito neste período, pode ser entendido como orientado a busca da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Porém, a ruptura de limites não implica o redesenho revolucionário do sistema, mas sim na “ampliação da corda” de compatibilidade. Pra isso chamo a atenção da necessidade em diferenciar movimentos sociais de movimentos revolucionários, conceitos muitas vezes confundidos até mesmo por militantes de esquerda atuantes dentro de movimentos sociais. Um movimento social pode vir a se tornar um movimento revolucionário, devido a transformações ambientais, mas não o é por natureza. Dificilmente um movimento revolucionário poderia ser entendido como um movimento social se utilizarmos o mesmo entendimento de Melucci. Necessariamente, um movimento revolucionário se utiliza de um outro sistema de referências simbólicas que muitas vezes possui elementos que não são valorizados por uma determinada parte da sociedade e, por isso, não passíveis de um conflito antagonista.

Ao contrário, os movimentos sociais do período de transição brasileiro, tinham uma construção solidária pelo fortalecimento dos valores democráticos. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) em sua plenária nacional no dia 18 de maio de 1984 deliberou como sua preocupação central a da continuidade da luta pelas *Eleições Livres e Diretas Já*. Talvez o processo de abertura não tenha sofrido um retrocesso autoritário, justamente porque os manifestantes não buscavam uma revolução dentro do processo de abertura. Os movimentos sociais não procuravam substituir o poder instaurado por uma nova forma de poder própria, se não, promover valores democráticos como o voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição interpartidária, reconhecimento de associações voluntárias e responsabilidade executiva dos governantes (O'DONNELL *et al*, 1988, p.25). Essa aspiração era compartilhada com a ampla maioria estabelecida neste sistema de referência, tanto os movimentos sociais (aí destacando o papel preponderante do movimento sindical), quanto as elites econômicas, a opinião pública e os brandos da elite militar.

Após o debate realizado neste texto, uma conclusão deveria responder a questão colocada por Gabriel Vitullo de que as verdadeiras democracias são as “democracias engajadas”. Será mesmo que deveríamos considerar como engajadas somente aquelas democracias que comportam em seu seio um grande número mobilizações? Talvez isso seja verdade em momentos de transformação social especial, como foi o período de transição política brasileiro. Responder o que seria especial demandaria um estudo mais aprofundado de qual seria esse limite.

O que é possível sugerir é que esse limite está relacionado ao grau de compatibilidade do sistema com a expectativa de partes integrantes deste sistema (MELUCCI, 2001, p.54). Por isso, a medição se uma democracia é eficiente não deveria estar relacionada ao grau de mobilização social, mas sim a capacidade das instituições democráticas em garantir um nível amplamente satisfatório deste grau de compatibilidade. O decréscimo do nível de greves desde o final do grande ciclo de mobilização até o ciclo da normalidade estaria ligado a uma apatia do movimento sindical, ou uma tradução mais eficiente das instituições sobre as demandas dos trabalhadores?

Talvez instituições mais plurais e eficientes, gerem uma nova forma de participação nos sistemas políticos modernos, nos quais a ação coletiva transformadora sejam o sintoma do alcance do limite da borda de compatibilidade.

Dessa forma, o grande número de mobilizações no período de transição pode ser explicado por este sistema de referência ser pouco compatível com as demandas de uma sociedade em transformação e que vê no “vácuo” de regras transicionais a oportunidade para agir coletivamente pela mudança. Se com o amadurecimento das instituições democráticas o grau de mobilização diminuí nas ruas, será que esta também se reduz nas outras formas de ação política? Talvez esta seja a pergunta correta para entender se uma democracia é ou não engajada. Mesmo que os movimentos sociais não estejam nas ruas, estes não deixam de disputar seus interesses, aí já transformados de movimentos de reivindicação para movimentos políticos, com um grau institucional consolidado (MELUCCI, 2001, p.45).

Ao contrário que essa conclusão possa fazer pensar, não acredito que o aprimoramento dos aparelhos democráticos determinem o fim da história. Ao contrário, nossa ação histórica produz contradições que necessariamente em algum momento não serão compatíveis com este sistema de referência. Talvez pequenas incompatibilidades possam ser suportadas e absorvidas pelo sistema de referência, mas o mais eficientes dos sistemas democráticos pode não suportar a vanguarda daquilo que é incomensurável.

Considerações finais

A análise do ciclo de greves no período de transição à luz das categorias sociológicas de Alberto Melucci para entender o fenômeno dos movimentos sociais, mostrou-se bastante interessante por equilibrar tanto categorias macro quanto micro sociais. Melucci é considerado um construtivista e, por isso, seu trabalho não prioriza nenhuma destas ortodoxias, ao contrário, procura articulá-las quando isso é possível. Este trabalho procurou demonstrar que as variáveis ambientais tiveram tanta contribuição, quanto o papel das elites políticas para o entendimento do fenômeno de mobilizações durante a transição política entre 1978 e 1992.

O comportamento social a partir do período de normalização das greves, nos faz refletir em como o processo de institucionalização da democracia brasileira moderna influenciou as massas na direção de uma participação política que parte também para a disputa institucional. Com as regras do jogo cada vez mais fortalecidas, a política passou a não ser feita só no chão de fábrica ou nas grandes mobilizações de rua, mas também nos gabinetes através dos cargos eletivos. A ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores até a conquista da presidência da

república em 2002, demonstra que as pautas do movimento dos trabalhadores se transformaram. O alvo da disputa se deslocou cada vez mais do conflito direto com seus patrões, para a busca do poder institucional em que os ganhos não são só de um setor, mas de toda a sociedade.

Isso não é negar que as mobilizações irão acabar. Pelo contrário, este artigo afirma exatamente o contrário. Essa observação vai muito mais no sentido em se perceber que as oportunidades percebidas pelos movimentos sociais estão muito mais voltadas ao caráter institucional, mas porque houve uma abertura no aparato estatal para isso. Percebeu-se que o Estado também pode ser um meio para realização de direitos sociais.

Por isso, retomando a ideia de Gabriel Vitullo de que uma democracia só é verdadeira quando é entendida como processo de emancipação. Que uma sociedade só pode ser democrática quando a efervescência social das ruas demonstra a vontade de transformação social de seus cidadãos. Talvez isso seja verdade, mas é preciso se ampliar a noção sobre o conceito de participação política. Neste sentido, o poder institucional também pode ser um tutor da participação, na medida que procura envolver os cidadãos e cidadãs na condução das diretrizes que orientarão o Estado. Tomemos como exemplo os processos de conferências setoriais durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) quando foram realizadas 73 conferências¹. Estes processos procuraram envolver a sociedade civil nas discussões acerca de temas importantes para a sociedade brasileira como Saúde, Educação, Segurança pública, Moradia, Cultura e Comunicações. Para participar, seus delegados deveriam se envolver em discussões locais e regionais, geralmente sobre a chancela de instituições organizadas como Sindicatos, ONGs ou Fóruns de debates. As deliberações destas conferências foram encaminhadas ao poder Executivo e Legislativo para orientar as decisões dos gestores públicos.

Ou seja, é possível se pensar uma democracia que amplia direitos de participação. Grandes mobilizações de rua não indicam só a ânsia de participação, mas também podem ser consideradas como um termômetro de que o aparato institucional está deixando de ouvir as muitas vozes que constituem uma sociedade. Ela, por si só, não é uma variável para caracterizar uma “democracia engajada”.

1 Retirado do portal do Governo Brasileiro <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/03/15/governo-continuara-realizando-conferencias-setoriais-para-dialogar-com-a-sociedade> acessado em 06/08/2011.

Referências

1. FERREIRA , Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. Ática, São Paulo, 1988.
2. FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 137- 197.
3. GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
4. MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; e WHITEHEAD, Lawrence (orgs.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988. pp. 108-139.
5. MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
6. NORONHA, Eduardo G. *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, pp. 119-168, 2009.
7. O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
8. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções da Plenária Nacional da CUT*. Sindicato dos Químicos de São Paulo São Paulo, 18 de maio de 1984. Consultador no dia 25/02/2011 em http://www.cut.org.br/downloads/sistema/documentos_oficiais/52/plenar-a.pdf/plenaria-nacional-da-cut-18-de-maio-de-1984.pdf
9. VITULLO, Gabriel E. *As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes*. Opin. Publica, Campinas, v. 12, n. 2, pp. 348-377, 2006.